



Plantas alimentícias não convencionais (PANC): uma alternativa para a economia popular e solidária com desenvolvimento local

José Raimundo Oliveira^{1*}, Janaina Ferreira Leal², Lázaro Pinheiro de Brito³, Samuel Pereira da Silva⁴

¹Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). Departamento de Ciências Sociais (DCIS) Aplicadas. <https://orcid.org/0000-0002-3646-307X>

²Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). Departamento de Ciências Biológicas (DBio). Graduanda do curso de Engenharia Agrônômica. <https://orcid.org/0000-0001-8132-4442>

³Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). Departamento de Ciências Biológicas (DBio). Graduando do curso de Engenharia Agrônômica. <https://orcid.org/0000-0002-1258-5734>

⁴Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). Departamento de Ciências Biológicas (DBio). Graduando do curso de Engenharia Agrônômica. <https://orcid.org/0000-0001-5162-6781>

*Autor correspondente:
zeraimundo@uefs.br

Resumo

A economia popular e solidária se opõe à superexploração do trabalho e à exploração dos recursos naturais efetivadas de maneira predatória como vem historicamente ocorrendo. Essa economia busca, entretanto, promover o desenvolvimento local e o crescimento socioeconômico em harmonia com proteção à natureza. A alimentação da humanidade atualmente se limita a apenas cerca de 110 espécies vegetais. Enquanto isso, muitas espécies ruderais, também consideradas invasoras ou pragas, além de importância ecológica, apresentam potencial alimentício, muitas vezes, já comprovado através de estudos. Em que pese a pouca divulgação desses dados, estima-se que o número dessas espécies possa chegar a 10.000. Nesse contexto, a presente pesquisa tem como objetivo analisar a relação entre a economia popular e solidária e as plantas alimentícias não convencionais (PANC) numa perspectiva do desenvolvimento local. Metodologicamente, adotamos a pesquisa-ação, inerente aos trabalhos orientados pelo Grupo de Estudos e Pesquisas em Economia Popular e Solidária e Desenvolvimento Local (GEPOSDEL), base dos trabalhos da Incubadora de Iniciativas de Economia Popular e Solidária da UEFS (IEPS-UEFS), articulada à disciplina Comercialização e Economia Solidária. Como resultados da pesquisa, inferimos que as PANC se consubstanciam como um dos principais elementos endógenos promissores do desenvolvimento local, elemento fundamental de uma outra economia, uma economia plural e protagonizada por pessoas, a economia popular e solidária.

Palavras-chave: Economia popular e solidária, Agricultura, Desenvolvimento local.

REVISTA MACAMBIRA

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano, *campus* Serrinha. Estrada Vicinal de Aparecida, s/n, Bairro Aparecida, Serrinha (Ba), CEP: 48700-000, sala 01, prédio acadêmico.



Unconventional food plants (UFP): an alternative for the popular and solidary economy with local development

José Raimundo Oliveira^{1*}, Janaina Ferreira Leal², Lázaro Pinheiro de Brito³, Samuel Pereira da Silva⁴

¹State University of Feira de Santana (UEFS). Department of Applied Social Sciences. (DCIS)

<https://orcid.org/0000-0002-3646-307X>

²State University of Feira de Santana (UEFS). Department of Biological Sciences. (DBio). Graduate student in Agronomic Engineering.

<https://orcid.org/0000-0001-8132-4442>

³State University of Feira de Santana (UEFS). Department of Biological Sciences. (DBio). Graduate student in Agronomic Engineering.

<https://orcid.org/0000-0002-1258-5734>

⁴ State University of Feira de Santana (UEFS). Department of Biological Sciences. (DBio). Graduate student in Agronomic Engineering.

<https://orcid.org/0000-0001-5162-6781>

*Corresponding author:
zeraimundo@uefs.br

Abstract

The popular and solidary economy goes against the overexploitation of work and the exploitation of natural resources carried out in a predatory way as it has been historically happening. This economy, however, seeks to promote local development and socioeconomic growth in harmony with nature preservation. The human diet is restricted to about 110 plant species. Meanwhile, many ruderal species, also considered invasive or pests have an ecological importance, as well as nutritional potential, which has already been proven through scientific studies. Despite the limited circulation of these data, it is estimated that the number of these species may reach 10,000. In this way, this research aims to analyze the relationship between the popular and solidary economy and non-conventional food plants (PANC) in a perspective of local development. To do so, we applied the action research methodology, essential to the work guided by the Group of Studies and Research in Solidary and Popular Economy and Local Development. (GEPOSDEL), which articulated to the discipline of Commercialization and Solidarity Economy, is the bases for the Popular and Solidarity Economy Initiatives Incubator of UEFS (IEPS-UEFS). As a result of the research, we infer that the PANCs are consubstantiated as one of the main promising endogenous elements of local development, a fundamental element of another economy, a plural economy and protagonized by people, the popular and solidary economy.

Keywords: Popular and Solidarity Economy, Agriculture, Local development.

MACAMBIRA JOURNAL

Federal Institute of Education, Science and Technology Baiano, *campus* Serrinha. Estrada Vicinal de Aparecida, s/n, Bairro Aparecida, Serrinha, Bahia, Brasil, CEP: 48700-000, sala 01, prédio acadêmico.

Introdução

Diversas plantas denominadas de daninhas, pragas, invasoras ou ruderais são espécies com relevância socioeconômica e ecológica, muitas vezes comprovada em estudos ou mesmo utilizadas pelas comunidades diversas, nas suas experiências de produção e reprodução das suas existências, entretanto, de pouca divulgação ou defesa em favor do seu protagonismo. Grande parte dessas espécies são potencialmente alimentícias, sendo suas raízes, caules, folhas, flores, frutos ou sementes utilizadas, seja para esse fim, medicinalmente ou mesmo para o equilíbrio ecológico. O termo Plantas Alimentícias Não Convencionais (PANC) foi utilizado pela primeira vez por Kinupp (2007), em uma tese de doutorado e de lá para cá vem se popularizando.

A alimentação da humanidade atualmente se reduz a apenas cerca de 110 espécies vegetais, sendo as principais trigo, batata, milho, feijão, arroz, dentre outras consumidas no dia a dia por serem encontradas com mais facilidades em hortifrúteis, feiras livres e mercados, conforme aponta Rapoport (1997). Segundo Ranieri (2017), essa disponibilidade reduzida estreita de forma drástica as bases alimentares humanas, levando à existência de um leque de possibilidades estimado na ordem de 10.000 (dez mil) espécies, aproximadamente. A disponibilidade mínima (110 espécies) ocorre por conta de um modelo produtivo que prioriza rentabilidade em detrimento da diversificação alimentícia, acompanhada do uso indiscriminado de insumos agrícolas sintéticos (agrotóxicos, fertilizantes químicos etc.) para atingir uma alta escala de produtividade com pouca força de trabalho e mais tecnologia. Paradoxalmente, ao invés da diversificação alimentar, opta-se pela especialização dos cultivos, convencionais com base em *marketing*.

Nesse contexto, as PANC apresentam um novo potencial econômico que pode dinamizar outra lógica socioprodutiva mais plural e de múltiplas dimensões. Tal economia tende a considerar uma diversidade de fatores que também podem influenciar a demanda (gosto, cultura, identidade, facilidade de cultivo, tradição, história, indicação geográfica) dentre outras que não apenas a renda. Trata-se da economia popular e solidária, conforme discute Lima (2016). Com efeito, a economia popular e solidária, apesar das dimensões que apresenta e do contingente de trabalhadores que pode alcançar, ainda é uma economia considerada periférica, pois é aquela que, tendo em vista a sua dinâmica, emerge de reações adversas às imposições do modo de produção capitalista, globalizante, centralizado e verticalizado pelo poder do mercado.

Articulando-se por redes, feiras e outros arranjos, esta economia local opõe-se em certa medida ao modo de produção vigente e dominante no cenário atual. Trata-se de uma forma de organização coletiva dos trabalhadores que surgiu como uma alternativa de geração de trabalho renda e, principalmente, para a inclusão social. Assim, é considerada uma forma diferente de produzir, comprar,

trocar, vender e viver, na qual não há vantagens absolutas para um dos lados. Quando se considera as classes sociais envolvidas na disputa entre capital e trabalho (LIMA, 2017), nessa economia, o capital não desempenha a mesma função (de acumulação) que na economia de mercado.

Essencialmente, a economia popular e solidária contrapõe-se a toda sorte de expropriação, em especial, a superexploração do trabalho e dos recursos naturais e promove o desenvolvimento local, ou seja, procura dar melhor sentido ao desenvolvimento econômico local endógeno, seja ela, a harmonia para com a proteção da natureza e/ou do lugar onde se vive. Esta outra economia favorece o movimento contra-hegemônico pelo desenvolvimento local solidário, em detrimento do desenvolvimento convencional, por conta da possibilidade da construção de uma articulação no seu cotidiano, nas suas relações genuínas e orgânicas, protagonizadas de forma endógena pelos sujeitos nas dimensões de vida local.

A utilização das PANC apresenta grande potencial de contribuição para o desenvolvimento local a partir da promoção de práticas solidárias, associativistas, cooperativistas e autogestionárias, características da economia popular e solidária. Tais práticas estreitam os laços das comunidades referentes ao pertencimento, aos aspectos culturais e geográficos, aos saberes locais, bem como aos indutores políticos, educacionais, pertinentes e convergentes, por vezes, pelas políticas públicas específicas, entre outros elementos, a essa qualificada perspectiva de vida. Observa-se que todo o movimento que circunda a economia popular e solidária tem se mostrado relevante, entretanto, os processos históricos de desconstrução desse tipo de organização socioeconômica são muito fortes, inclusive, pela concorrência do próprio capital, seja através de *marketing*, por infiltração ideológica, contribuindo para a submissão do trabalhador à cultura do pronto atendimento e imediatismo do mercado, acompanhado da tensão pela sobrevivência de uma sociedade e/ou comunidade com restrições de renda.

Nessa perspectiva, deve-se considerar novos horizontes e oportunidades de gerar riqueza, tanto material, quanto imaterial. Apresentam-se, dessa forma, alternativas como redes, feiras, bem como novos “nichos de distribuição” ou arranjos socioprodutivos participativos, igualitários e diversos, com o objetivo de produzir conjuntamente dentro da comunidade e, conseqüentemente, de maneira processual e orgânica, modificando endogenamente a realidade local.

Diante do exposto, pretendeu-se através deste trabalho, analisar a relação entre a economia popular e solidária e as PANC, numa perspectiva do desenvolvimento local.

Metodologia

A pesquisa foi desenvolvida como parte da disciplina teórico-prática **Comercialização e Economia Solidária**, durante o ano de 2019. Adotou-se a metodologia da Pesquisa-ação

(THIOLLENT, 2011), valendo-se, para tanto, da observação-participante, que se deu através do acompanhamento da rotina de trabalho de dois grupos autogestionários (compostos por 20 integrantes) assistidos pela Incubadora de Iniciativas de Economia Popular e Solidária da Universidade Estadual de Feira de Santana (IEPS-UEFS). As discussões teóricas, bem como a análise dos dados, buscaram identificar elementos ou características da outra economia, a economia popular e solidária, bem como suas relações temáticas, cujo tema PANC ganhou relevância nas discussões.

Discussão

Plantas Alimentícias não Convencionais e o Desenvolvimento Local

Ainda são poucas as pesquisas sobre a relevância das Plantas Alimentícias Não Convencionais, embora a utilização dessas espécies (algumas das quais destacadas a seguir) faça parte da cultura, identidade e práticas agrícolas em muitas comunidades no Brasil, reconhecidamente como atributos fundamentais para produção e reprodução dos seus modos de vida, bem como qualificação do trabalho das comunidades (KINUPP; BARROS, 2007; NASCIMENTO *et al.*, 2012; NASCIMENTO *et al.*, 2013; LEAL; ALVES; HAZANAKI, 2018).

Ressalta-se, ainda, que algumas espécies vegetais podem apresentar partes convencionais e partes não-convencionais, a exemplo da bananeira, cujo consumo do fruto (banana) é bastante difundido, ao passo que a parte conhecida como “coração” não costuma ser aproveitada. Além disso, algumas plantas podem ser consideradas convencionais em uma região e não-convencionais em outras, como é o caso da ora-pro-nóbis. Outro aspecto que merece estudos mais aprofundados é a tabela de carga e mapa nutricional correspondente a cada espécie de PANC quando comparadas às substâncias sintéticas ou detectadas em algumas plantas convencionais mercadológicas, por vezes, modificadas geneticamente. Sobre essas questões muito pouco se sabe na literatura brasileira da área.

Com efeito, há uma carência de informações a respeito da diversidade, formas de uso, partes utilizáveis e usos potenciais desses recursos que podem ser alimentares, medicinais e/ou ecológicos, e ainda são desconhecidos e/ou negligenciados por uma parcela significativa da população e até mesmo das universidades. Por vezes, mesmo as populações locais não se dão conta da riqueza natural representada por essas plantas, seja para o uso individual, comunitário ou pelo seu valor comercial.

No Brasil, não tem havido incentivo à manutenção dos hábitos de consumo desses recursos alimentares locais. Por outro lado, as políticas de incentivo à produção agrícola são voltadas para culturas especializadas para o mercado de alimentos (GLIESSMAN, 2001) e de vocação global, em escala excludente, que destrói pelo desuso as formas tradicionais locais de produção ou cultivos diversos.

Registra-se, ainda, a desvalorização cultural desses recursos alimentares, bem como as memórias locais sobre eles, de modo a reforçar o sistema de produção de alimentos baseado no modelo agrícola convencional, do agronegócio. Em nome do desenvolvimento, definiu-se como progresso tudo aquilo que é urbano, opondo-se ao suposto obscurantismo do meio rural, desconsiderando toda a diversidade que ele abriga. Tem-se também uma homogeneização sociocultural, contribuindo para a erosão do conhecimento local (LEE *et al.*, 2001; GUZMÁN, 2001). Portanto, nesse contexto, fica muito difícil para as comunidades quilombolas, indígenas, ribeirinhas, bem como outras comunidades locais valorizar “aquilo que é seu”, a sua própria produção. Sendo assim, torna-se fácil a compreensão do significado do que dizem nas comunidades com as quais trabalhamos “a juventude de hoje gosta das coisas de fora, não valoriza o que tem na comunidade” (LIMA, 2017). Assim, constrói-se um processo de valorização dos produtos de apelo midiático global, em detrimento das formas produtivas locais, em que pese a ação dos movimentos sociais populares em defesa da produção orgânica e agroecológica.

As mudanças ocorridas no perfil da população do campo, resultantes dos processos de urbanização e êxodo rural, assim como o *marketing* das indústrias de alimentos, contribuem para que recursos alimentares não convencionais, gradativamente, percam espaço na mesa dos brasileiros (KINUPP; BARROS, 2008). Isso também eleva o consumo de alimentos de má qualidade e ultraprocessados em detrimento de alimentos produzidos, por exemplo, no estabelecimento agrícola familiar por sistemas agroecológicos e orgânicos (ALTIERI, 2010). Como resultado, as famílias veem sua renda comprometida com a compra de alimentos nem sempre saudáveis e ganham como “prêmio negativo” problemas de saúde a exemplo de obesidade e desnutrição. O relatório da Comissão *The Lancet* (2019) parte da argumentação de que a obesidade, a desnutrição e as mudanças climáticas são fenômenos sistêmicos e inter-relacionados aos modelos de sistemas alimentares dominantes no mundo, bem como outros diversos problemas de saúde, cujo surgimento e avanço têm se dado em decorrência do consumo excessivo desses alimentos, imposto em escala industrial (GIRALDI, 2012).

Diante do exposto, experimentar alimentos e uma diversidade maior de plantas e frutos que a natureza oferece ou pode oferecer, além de buscar alimentar-se de forma saudável, sem que haja um custo abusivo, faz-se necessário não só por interesse nutricional pessoal, mas principalmente, para o empoderamento coletivo, comunitário local, regional, nacional e de redes que buscam a sustentabilidade humana na terra, livrando-se dos ditames do mercado.

Nessa esteira, para além de outros ganhos, vale muito a pena nutrir o corpo tornando-o saudável, o que só reforça a importância de alimentos nativos como as PANC, que possuem grande potencial de suprir as necessidades nutricionais (RANIERI, 2017). Complementarmente, defende-se a soberania alimentar, elemento fundante para uma outra economia, pela mobilização de pessoas que a protagonizam.

Segundo Guimarães (2011), dos desafios inerentes à geração de trabalho e renda destacam-se os aspectos relacionados ao desenvolvimento econômico e social. Observa-se que o rápido progresso material do mundo ocidental, verificado a partir do final do século XVIII, está relacionado a um tipo específico de organização da produção e do trabalho, caracterizado por empresas privadas, empregando trabalho assalariado, terceirizado, precarizado e voltado, independente da produção da existência comunitária, para a venda de bens e serviços no mercado (GUIMARÃES, 2011). Infere-se, portanto, que apesar do impacto inicial negativo sobre as condições de vida da população, esse sistema revelou-se numa dinâmica máquina propulsora do crescimento econômico (GUIMARÃES, 2011). Ao que se observa, não obstante o desemprego e a fome no mundo, o progresso do crescimento econômico para grupos capitalistas que trabalham com o agronegócio e com a industrialização de alimentos é inequívoco.

Percebe-se que a busca desenfreada pelo lucro e pela acumulação de capital somada às inovações técnicas propiciaram uma fonte significativa de aumento da produtividade do capital e da renda agregada industrial em relação aos rendimentos do trabalho, conforme discute Piketty (2014), representando também forte melhoria na cesta de consumo da população de altas rendas. A acumulação de riqueza também permitiu, mais de um século depois da consolidação das indústrias, a adoção de políticas voltadas a amortecerem as desigualdades e a reforçarem a legitimidade do sistema, embora não se observe sua efetivação saudável a contento (GUIMARÃES, 2011).

Dessa forma, promover o desenvolvimento local sugere também o fortalecimento do Estado e a sua capacidade de adotar programas (políticas públicas) capazes de ajudar os grupos e as regiões mais vulneráveis (TENÓRIO, 2007). Para Dowbor e Pochmann (2008), cada vez mais necessita-se de uma ordem estatal (união, estados e municípios) que se dinamize de baixo para cima, na perspectiva do desenvolvimento local.

Ainda conforme Guimarães (2011), no contexto de um horizonte de desenvolvimento local, as linhas de ação passam a primar por atividades complementares, visando a adensar a cadeia produtiva e a agregar valor com ênfase no processo local. Uma linha, prima pela oferta de financiamento e de microcrédito em condições favoráveis, outra linha, conforme o mesmo autor, integra-se na ordem das economias locais, por organizar pequenos produtores em cooperativas, fornecendo apoio financeiro, assistência técnica e auxílio à comercialização.

Nessa perspectiva, outras iniciativas incluem a criação de incubadoras populares para treinar e fortalecer tipologias organizativas de pessoas em um processo educativo de trabalho, conforme discute Tiriba (2008). Nesta dinâmica, as feiras, as redes, possibilitam a formação de consórcios com outros municípios ou localidades e a adoção de um modelo especial para o funcionamento das tipologias organizativas locais como grupos solidários, associações e cooperativas (LIMA, 2016).

Enfim, o papel a ser desempenhado pelo desenvolvimento local consiste na promoção de um espaço dinâmico e crescente para a formação de feiras, arranjos produtivos, redes, parcerias ou consórcios com prefeituras preparadas, compostas de bons quadros e cientes tanto em relação às iniciativas de sucesso quanto das potencialidades locais. Podem-se mobilizar diversas ações voltadas à geração de trabalho e renda, através de uma economia que considere as diversas dimensões da vida, seja cultural, identitária, educacional, de indicação geográfica dentre outras. Já a diversidade agrícola aportada pela agregação das PANC aos sistemas produtivos locais pode consubstanciar-se em desenvolvimento individual e comunitário, pautado pela lógica da economia popular e solidária, que leva em conta as práticas inerentes aos produtores familiares, tais como associativismo, cooperativismo, trocas solidárias, preços justos e relações de confiança, dentre outros elementos que marcam a coesão dessa tipologia econômica não necessariamente dominada pelo poder do grande mercado.

As Plantas Alimentícias não Convencionais como elementos fundamentais inerentes a outra economia apropriada para o desenvolvimento local

As iniciativas solidárias promovem um processo de desenvolvimento local caracterizado como endógeno, abordando as problemáticas locais numa perspectiva integrada e articulando apoios externos (públicos, privados ou da sociedade civil sem fins lucrativos) que são constituídos por vários atores, individuais ou institucionais, trabalhando na articulação de redes e incitando a ampliação das participações políticas (MEDEIROS; CUNHA, 2012).

Através desta pesquisa pôde-se observar que o uso das PANC está inerentemente ligado a modelos econômicos alternativos e que, pela sua própria natureza, podem ser promotoras do desenvolvimento local pois, em geral, são cultivadas e comercializadas de forma coletiva, associativa e solidária, em quintais produtivos, que são características de outra economia (LIMA, 2016).

Esta economia, com efeito, é considerada como uma relevante alternativa para a classe trabalhadora ante as alterações ocorridas no mundo do trabalho nos últimos anos. São milhares de organizações coletivas, autogestionadas, que realizam atividades de produção de bens e de serviços, crédito e finanças solidárias, trocas, comércio e consumo solidário (BRASIL, 2009).

Nesse contexto, algumas plantas espontâneas têm se destacado tanto que estão sendo integradas a sistemas de produção, a exemplo do trevo branco (*Trifolium repens* Lam.) e do azevém (*Lolium multiflorum* L.). Assim foi também com outras espécies, hoje consagradas e consumidas em todo o mundo, a exemplo da ervilha (*Pisum sativum* L.), mostarda (*Brassica campestris* L.), aveia (*Avena sativa* L.) e centeio (*Secale seraele* L.), espécies que, inicialmente, eram consideradas invasoras, mas com a percepção do seu valor alimentício, tornaram-se cultivos sociocomerciais (HARLAN, 1955).

Observa-se, além do interesse agrônomo, que existe também um componente socioambiental no uso das PANC, relativo ao resgate e conservação de diversas espécies floríferas, raízes, sementes, bem como de hortaliças que eram muito consumidas décadas atrás, mas perderam espaço na dieta da população contemporânea.

Na perspectiva do fortalecimento de outra lógica produtiva, pautada no desenvolvimento local, deve-se reconhecer também a relevância dos movimentos ambientalistas, assim como dos movimentos sociais do campo, mobilizados em torno de questões ambientais como o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), além das organizações de povos e comunidades tradicionais, citados anteriormente, a exemplo de quilombolas e indígenas, dentre outros.

O consumo das PANC também reforça um fator de identidade cultural, posto que esses alimentos são identificados como regionais ou locais. O umbu (*Spondias tuberosa* L.), o licuri (*Syagrus coronata*) e a vinagreira (*Hibiscus sabdariffa*), por exemplo, são ingredientes indispensáveis no arroz de cuxá, prato tradicional da culinária do Maranhão, assim como ora-pro-nóbis (*Pereskia aculeata*) é muito consumida com frango ensopado em Minas Gerais (BRASIL, 2009).

As PANC que poderiam agregar valor nutricional à alimentação da população não são consumidas com maior frequência por falta de conhecimento amplo das pessoas e devido à orientação mercadológica da produção agrícola (SOUZA; SANTOS JÚNIOR; BENEVIDES, 2019). Conhecer as formas de cultivo das PANC resgata o uso da terra e sua inter-relação com o meio ambiente e se revela de extrema relevância para o incremento da agrobiodiversidade e promoção da segurança alimentar (SOUZA; SANTOS JÚNIOR; BENEVIDES, 2019).

Souza, Santos Júnior e Benevides (2019) também destacam que os povos indígenas e outras populações tradicionais tiveram e continuam tendo um papel importante na sociedade, auxiliando na conservação de plantas tradicionais, o que tem favorecido de forma significativa a garantia da segurança alimentar e a cultura alimentar na esfera local/regional.

O uso das PANC revelou potencial de articular as iniciativas locais a outra economia que pode se desenvolver de maneira ampla, abrigoando-se nas dimensões econômica, comunitária e institucional.

Na dimensão econômica, a maior dificuldade tem sido superar as consequências da verticalização global/local ao lado da necessidade de se contornar os entraves para a articulação em redes, feiras, arranjos produtivos locais, bem como outros circuitos curtos de produção integrada e comercialização. O desafio é reproduzir a existência local, obter um nível de renda mais elevado do que aqueles sob exploração do capital e atender às expectativas com relação às sobras de recursos, tanto para investimentos quanto, necessariamente, para se viver melhor a despeito da imposição da globalização econômica em escala, “Moinho Satânico” na perspectiva de Polanyi (2000, p.51).

Já na dimensão comunitária local se observa a articulação por meio de ações sociais lentas e graduais que visam suprir necessidades homogêneas de consumo de bens duráveis. Deve-se, portanto, avaliar a questão da internalização das demandas da sociedade nos empreendimentos ou iniciativas locais solidárias, bem como suas formas organizativas de trabalho e tecnologias, visando suprir algumas necessidades de industrialização ou científica-tecnológica de maior investimento. A questão da coletivização das atividades se destaca apesar de serem feitas ressalvas no que diz respeito à baixa rotatividade das posições de gestão dentro das organizações para melhor compreensão geral do processo organizativo.

Por fim, na dimensão institucional, há uma incidência relativamente alta de apoios, embora seja preciso avaliar com mais detalhes a natureza e o método de ação dessas relações, para se evitar o assistencialismo e o patrimonialismo local, em detrimento do associativismo e cooperativismo, enquanto características proativas de outra economia.

Considerações finais

Destacamos a relevância desta pesquisa como processo de aprendizagem para grupo, entretanto, ressaltamos que o tema pesquisado está muito longe de ser esgotado em termos acadêmicos ou mesmo enquanto democratização das informações sistematizadas. Além disso, inferimos a existência da necessidade de se buscar apoio a pesquisas nesta área, tendo em vista que a institucionalização pode ser utilizada como uma ferramenta a favor das práticas da economia popular solidária local, imbrincadas dos elementos agricultáveis locais, entre eles as PANC.

Com efeito, confirmamos a “desconfiança” inicial que poderíamos tê-lo chamado de hipótese de que a relação entre a economia popular e solidária, as plantas alimentícias não convencionais e o desenvolvimento local pôde ser demonstrada através desta pesquisa.

Percebemos, portanto, uma forte coesão entre a economia popular e solidária e o potencial para a produção/comercialização das Plantas Alimentícias Não Convencionais numa perspectiva do desenvolvimento local endógeno e integrado, organicamente protagonizado pelas comunidades organizadas.

Referências

ALTIERI, M. A. Scaling up agroecological approaches to food sovereignty in Latin America. In: WITTMAN, H.; DESMARAIS, A. A.; WIEBE N. (Eds.). **Food sovereignty. Reconnecting food, nature and community**. Oakland CA: Food First, 2010, p.120-133.

BARROS, A. A. M. **Análise florística e estrutural do Parque Estadual da Serra da Tiririca, Niterói e Maricá, RJ, Brasil.** 2007. 218 f. Tese (Doutorado em Botânica) - Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro/Escola Nacional de Botânica Tropical, Rio de Janeiro, 2008.

BRASIL, Secretaria Nacional de Economia Solidária. **Sistema de Informações em Economia Solidária (SIES 2009/2010):** guia para preenchimento do formulário de Empreendimentos Econômicos e Solidários (EES). Brasília: SENAES: MTE, 2009. 59 p. v. 2. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/7410/1/RP_Os%20Novos%20dados%20do%20mapamento%20de%20economia%20solid%C3%A1ria%20no%20Brasil_2016.pdf. Acesso em: 8 ago. 2020.

COMISSÃO THE LANCET. A Sindemia Global da Obesidade, Desnutrição e Mudanças Climáticas. **Relatório da Comissão The Lancet**, 2019. Disponível em: https://www.cfn.org.br/wp-content/uploads/2019/09/Vers%C3%A3o-portugu%C3%AAs-LANCET-2019-Sindemia_compressed-1.pdf. Acesso em: 8 ago. 2020.

DOWBOR, L.; POCHMANN, M. (Org.). **A descentralização do poder e a regionalização das soluções como instrumentos de promoção do desenvolvimento local/regional.** São Paulo: Perseu Abramo, 2008. Disponível em: <https://dowbor.org/wp-content/uploads/2012/06/10PochmannLivroLocalPolíticas-1.pdf>. Acesso em: 8 ago. 2020

GIRALDI, M. **Recursos alimentares vegetais em duas comunidades caiçaras no sudeste do Brasil:** discutindo modos de vida e segurança alimentar. 2012. Dissertação (Mestrado em Botânica) - Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2012. 77p. Disponível em: <http://www.tede2.ufrpe.br:8080/tede2/handle/tede2/4893>. Acesso em: 8 ago. 2020.

GLIESSMANN, S. R. **Agroecologia:** processos ecológicos em agricultura sustentável. Porto Alegre: UFRGS, 2001. 653 p.

GUIMARÃES, A. Q. Iniciativas para a promoção de emprego e renda: políticas públicas, economia solidária e desenvolvimento local. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 32, n. 2, p. 313-338, Nov. 2011. Disponível em: <https://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/article/view/2381>. Acesso em: 8 ago. 2020.

GUZMÁN, E. S. Uma estratégia de sustentabilidade a partir da Agroecologia. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, v. 2, n. 1, p. 35-45, Jan./ Mar. 2001. Disponível em: <http://www.emater.tche.br/site/sistemas/administracao/tmp/958934218.pdf>. Acesso em: 8 ago. 2020.

HARLAN, J. R. Crops, weeds and revolution. **The scientific monthly**, [s. l.], v. 80, n. 5, p. 299-303, 1955. Disponível em: www.jstor.org/stable/21589. Acesso em: 8 ago. 2020.

KINUPP, V. F. **Plantas Alimentícias não-convencionais da região metropolitana de Porto Alegre, RS.** 2007. 562 p. Tese (Doutorado) - Faculdade de Agronomia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/12870>. Acesso em: 8 ago. 2020.

KINUPP, V. F.; BARROS, I. B. I. de. Riqueza de plantas alimentícias não-convencionais na região metropolitana de Porto Alegre, Rio Grande do Sul. **Revista Brasileira de Biociências**, [s. l.], v. 5, p. 63-65, Jul. 2007. Disponível em: <https://pdfs.semanticscholar.org/96a3/300a8f8ff90b864b92338fe5a3302411b2df.pdf>. Acesso em: 8 ago. 2020.

LEAL, M. L.; ALVES, R. P.; HANAZAKI, N. Knowledge, use, and disuse of unconventional food plants. **Journal of Ethnobiology Ethnomedicine**, [s. l.], v. 14, n. 6, 17 jan. 2018. DOI <https://doi.org/10.1186/s13002-018-0209-8>. Disponível em: <https://ethnobiomed.biomedcentral.com/articles/10.1186/s13002-018-0209-8>. Acesso em: 8 ago. 2020.

LEE, R. A.; BALICK, M. J.; LING, D. L.; SOHL, F.; BROSI, B. J.; RAYNOR, W. Cultural Dynamism and Change: An example from the Federated States of Micronesia. **Economic Botany**, [s. l.], v. 55, n. 1, p. 913, Jan./ Mar. 2001. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/4256387?seq=1>. Acesso em: 8 ago. 2020.

LIMA, J. R. O. Economia Popular e Solidária e desenvolvimento local: relação protagonizada pela organicidade das iniciativas. **Otra Economia**, [s. l.], v. 10, ed. 18, p. 3-17, jan./jun. 2016. DOI <https://doi.org/10.4013/otra.2016.1018.01>. Disponível em: <https://revistaotraeconomia.org/index.php/otraeconomia/article/view/otra.2016.1018.01/5337>. Acesso em: 08 ago. 2020.

LIMA, J. R. O. **Economia Popular e Solidária e Desenvolvimento Local: uma relação estratégica**. Salvador: Novas Edições Acadêmicas, 2017. Disponível em: http://base.socioeco.org/docs/anais_ii_cieps_-_2018_versao_definitiva.pdf. Acesso em: 08 ago. 2020.

MEDEIROS, A. C.; CUNHA, E. V. da. Economia Solidária e Desenvolvimento Local: a prática dos empreendimentos econômicos solidários na região do Cariri cearense. **Desenvolvimento em Questão**, Cariri, v. 10, n. 21, p. 61-87, Dez. 2012. DOI <https://doi.org/10.21527/2237-6453.2012.21.61-87>. Disponível em: <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/desenvolvimentoemquestao/article/view/353>. Acesso em: 8 ago. 2020.

NASCIMENTO, V. T. do; VASCONCELOS, M. A. S.; MACIEL, M. I. S.; ALBUQUERQUE, U. P. Famine foods of Brazil? Seasonal dry forests: ethnobotanical and nutritional aspects. **Economic Botany**, [s. l.], ed. 66, p. 22-34, Mar. 2012. DOI <https://doi.org/10.1007/s12231-012-9187-2>. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s12231-012-9187-2#citeas>. Acesso em: 8 ago. 2020.

NASCIMENTO, V.; LUCENA, R. F. P. de; MACIEL, M. I. S.; ALBUQUERQUE, U. P. de. Knowledge and use of wild food plants in areas of dry seasonal forests in Brazil. **Ecology of Food and Nutrition**, [s. l.], v. 52, n. 4, p. 317-343, Jul. 2013. DOI <https://doi.org/10.1080/03670244.2012.707434>. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/242332229_Knowledge_and_Use_of_Wild_Food_Plants_in_Areas_of_Dry_Seasonal_Forests_in_Brazil. Acesso em: 8 ago. 2020.

PIKETTY, T. **O capital no século XXI**. 1. ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

POLANYI, Karl. **A grande transformação: as origens da nossa época**. Trad. Fanny Wrobel. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

RANIERI, G. R. **Guia prático sobre PANCS: plantas alimentícias não convencionais**. 1. ed. São Paulo: Instituto Kairós, 2017. Disponível em: <https://institutokairos.net/wp-content/uploads/2017/08/Cartilha-Guia-Pr%C3%A1tico-de-PANC-Plantas-Alimenticias-Nao-Convencionais.pdf>. Acesso em: 8 de ago. 2020.



RAPOPORT, E. **Plantas silvestres comestíveis de la Patagonia Andina. Exóticas I**. [S. l.]: Departamento de Ecología, Centro Regional Universitario Bariloche, 1997. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/35330/000794732.pdf?sequence=1>. Acesso em: 8 de ago. 2020.

SOUZA, V. de M.; SANTOS JÚNIOR, A. de F.; BENEVIDES, C. M. de J. Agrobiodiversidade e Plantas Alimentícias Não Convencionais (PANCS): interrelações com povos tradicionais e comunidades locais. **Cadernos de Ciências Sociais Aplicadas**, Vitória da Conquista, ano 16, n. 28, jul./Dez. 2019. DOI <https://doi.org/10.22481/ccsa.v16i28.5852>. Disponível em: <http://periodicos2.uesb.br/index.php/ccsa/article/view/5852>. Acesso em: 8 ago. 2020.

TENÓRIO, F. (Org.). **Cidadania e desenvolvimento local**. Ijuí: UNIUI: FGV, 2007.

THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação**. 18. ed. São Paulo: Cortez, 2011. Disponível em: https://www.academia.edu/32028417/Metodologia_Da_Pesquisa_Acao_Michel_Thiolleant. Acesso em: 8 ago. 2020.

TIRIBA, L. Cultura do trabalho, autogestão e formação de trabalhadores associados na produção: questões de pesquisa. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 26, n. 1, p. 69-94, Jan./Jun. 2008. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/viewFile/2175-795x.2008v26n1p69/9566>. Acesso em: 8 ago. 2020.

Informações do Artigo	Article Information
Recebido em: 07/07/2020 Aceito em: 11/10/2020 Publicado em: 27/11/2020	Received on: 07/07/2020 Accepted in: 11/10/2020 Published on: 27/11/2020
Conflitos de Interesse: Os autores declaram não haver quaisquer conflitos de interesse referente a este artigo.	Conflict of Interest: No reported.
Como citar este artigo	How to cite this article
Oliveira, J. R. et al., (2020). Plantas alimentícias não convencionais (PANC): uma alternativa para a economia popular e solidária com desenvolvimento local. <i>Revista Macambira</i> , 4(2), e042009. https://doi.org/10.35642/rm.v4i2.466	Oliveira, J. R. et al., (2020). Unconventional food plants (UFP): an alternative for the popular and solidary economy with local development. <i>Revista Macambira</i> , 4(2), e042009. https://doi.org/10.35642/rm.v4i2.466
Licença:  Este trabalho está licenciado sob uma Licença Internacional Creative Commons Attribution-NonCommercial-ShareAlike 4.0 International .	License:  This work is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-ShareAlike 4.0 International License.